

REFORMA / Proposta de reduzir imposto cobrado de pessoas jurídicas deve beneficiar apenas grandes e pode encarecer em 80% a conta de 850 mil empreendedores menores

Mudar IR pode prejudicar micro e pequenos negócios

» ISRAEL MEDEIROS

Uma das grandes ambições da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro, a reforma tributária, que prometia melhorar o ambiente de negócios e simplificar a tributação no Brasil, parece ser um Cavalito de Troia. Isso porque, segundo analistas, além de trazer ainda mais complexidade ao sistema, o texto resulta em aumento da carga tributária para diversos setores, especialmente micro, pequenas e médias empresas.

Diante da repercussão negativa do projeto que altera o Imposto de Renda – apresentado no fim de junho e que já possui um texto substitutivo apresentado pelo relator na Câmara, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) – o presidente Bolsonaro prometeu que se houver aumento de carga tributária, ele vetará, mesmo sabendo que o projeto partiu do Executivo.

"Houve um exagero por parte da Economia na reforma tributária, já está sendo acertado com o relator. Realmente a Receita (Federal), no meu entender, como é muito conservadora, foi com muita sede ao pote", disse, em entrevista à Rádio Itatiaia, na última semana. O ministro da Economia, Paulo Guedes, por sua vez, tem sido feroz ao defender a tributação de dividendos no país e a redução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ). Segundo ele, deixar de pagar tributos na distribuição de lucros de empresas configura um "privilégio".

O fato é que há, sim, uma série de complexidades trazidas pelo projeto, que resultam em um aumento da carga tributária, que precisam ser corrigidas. Segundo Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, a alta



(O governo) diz uma coisa e faz outra. Está trazendo muito mais complexidade ao sistema"

Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal.

nos impostos já começa no caso daqueles que não poderão mais optar pela declaração simples do Imposto de Renda – os que recebem acima de R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,3 mil por mês). A atualização na tabela pode retirar R\$ 10,7 bilhões a mais dessa classe.

Já no caso de pessoas jurídicas, Maciel alerta que o governo e o relator, ao defenderem a diminuição da tributação da renda, colocam o Brasil na contramão das práticas adotadas por países desenvolvidos. Ele também demonstra preocupação com a taxa de dividendos. "Pode ter certeza de que vai aumentar a sonegação, por meio da Distribuição Disfarçada de Lucros, que impactará a arrecadação. Portanto, fica maior ainda o déficit", pontua.

Para ele, a redução do IRPJ, que aparentemente beneficia as empresas, não salva os pequenos e médios negócios de um alto impacto na distribuição de dividendos. Mais de 850 mil pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido – que são pequenas e médias empresas – podem ter uma alta de 80% na carga tributária.

"Minha sugestão é arquivar esse projeto. É um projeto eleitoral, demagógico e apresentado de supetão para ver se aprova depressa. Essas empresas são as que geram emprego. O Brasil está com 15 milhões de desempregados. No lugar de socorrer as empresas,

você bate nelas", dispara. "Ele (o governo) consegue aumentar a carga sobre os pequenos dizendo que quer tributar os ricos. Bate forte nos sistemas simplificados querendo dizer que vai simplificar. Ou seja: diz uma coisa e faz outra. Está trazendo muito mais complexidade ao sistema", acrescenta o ex-secretário.

Sugestões

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e co-autor da proposta de reforma tributária da Câmara, a PEC 45/2019, diz que o projeto que busca alterar o Imposto de Renda, mesmo que seja modificado por Celso Sabino, não faz sentido. Ele comenta que se o objetivo é reduzir a tributação das empresas, o governo e o relator deveriam, no mínimo, compensar a perda de arrecadação com uma maior tributação de pessoas físicas e de aplicações financeiras, para manter a neutralidade.

"O Brasil é um país que tem duas bases muito tributadas: o consumo e a folha de salários. E tem duas bases menos tributadas, mas que deveriam ser mais, que são renda e patrimônio. Não faz sentido uma mudança que reduza a tributação da renda em R\$ 50 bilhões em um país como o nosso. Vai na contramão de tudo o que todos dizem sobre o que

deveria ser o desenho do sistema tributário brasileiro", afirma.

O relator, por sua vez, tem dito que a perda de arrecadação prevista com a proposta poderá ser superada pelo crescimento da economia. Para Appy, isso é uma falácia. "A experiência internacional não mostra que existe uma correlação direta entre redução de imposto das empresas e aumento de crescimento econômico. Significa que as empresas estão aumentando sua renda. No fundo é isso."

Nesse sentido, a proposta de Celso Sabino pode, inclusive, reduzir a tributação das pessoas mais ricas do Brasil, os grandes acionistas de empresas. Se houver reinvestimento dos lucros, a tributação é reduzida. O objetivo, segundo o governo, é fazer com que as empresas cresçam e gerem mais empregos, melhorando a economia. Esta, segundo Appy, é outra concepção equivocada. "A literatura mostra que quando se aumenta ou se introduz a tributação de dividendos, incentiva reinvestimento. Mas isso não necessariamente faz o país crescer mais", observa.

O consultor tributário José Messias Teodoro também vê distorções e critica o aumento da carga. "Com as modificações do relator, ainda fica um resíduo de aumento de carga de 2,4%. Isso pode ser retirado da alíquota base ou do dividendo para neutralizar – que é um dos princípios da reforma tributária. O governo está na contramão. Está na hora de mudar essa tributação que penaliza o mais pobre. Uma reforma tributária não pode ser feita a toque de caixa. Precisa ser discutida com a sociedade, com a participação de todos, não só de meia dúzia. A Receita precisa parar de legislar em matéria tributária", frisa.



Brasil S/A

por **Antonio Machado**
machado@cidadebiz.com.br

Depois da noite

Quem pousa os cotovelos na janela para assistir distraído o tempo passar não se pode queixar de que a vida lhe foi ingrata. É isso o que se passa conosco, lá se vão 40 anos, e mais rápido o tempo vai passando, já que as inovações avançam a passos largos no mundo.

Não se concebe que uma potência regional que já ostentou o maior e mais diversificado parque industrial do mundo, só menor que o dos países ricos ao final dos anos 1980, que ocupou o 6º lugar na lista das maiores economias e hoje se humilha na 12ª posição, esteja em franco retrocesso, penalizado por governantes e políticos toscos e despreparados, políticas econômicas erradas e o desprezo da minoria privilegiada em relação à pobreza secular.

Não se acuse a carência de inteligência nacional. Ela sempre houve e há, só que canalizada para atividades pouco geradoras de valor, o caso dos setores extrativista e financeiro, ou deu no pé, buscando segurança, reconhecimento e fortuna não mais disponíveis no Brasil. Fomos pioneiros em áreas críticas do conhecimento, como as vacinas desenvolvidas pelo Butantan e Fiocruz e aplicadas com uma logística copiada mundo afora antes que o SUS começasse a ser demolido neste governo e a imunização fosse demonizada pelo presidente da República.

Na tecnologia da informação, fomos o primeiro e único país a ter o Mac então recém-lançado pela Apple, em 1984, 100% nacional, clonado no ano seguinte por meio de engenharia reversa pelo que hoje seria chamada de startup, na Freguesia do Ó, periferia de São Paulo. A Apple reclamou, os EUA ameaçaram retaliar, impondo barreiras a nossas exportações (citaram sapatos e suco de laranja), e a extinta Secretaria Especial de Informática cedeu, abafando o mesmo processo de "copy-paste" que fez China, Japão e Coreia do Sul titãs tecnológicos.

Fomos pioneiros em caixas eletrônicos, o Bradesco já tinha home banking em 1988, ainda hoje nossas operações bancárias são as mais ágeis no mundo. Tudo obra de jovens técnicos civis e militares que fizeram época com o pioneiro Brasil Online, a Embrapa, o salto do agronegócio com a Embrapa, a inovação da urna eletrônica, o ciclo da energia nuclear estava à vista. O futuro estava no presente.

Por que regredimos? Os talentos viraram financistas, a economia estagnou e a indústria murchou. Venceu a ideologia da vulgaridade.

Símbolo do retrocesso

A discussão sobre a segurança da urna eletrônica simboliza o nosso retrocesso, combinando má-fé com demência política, em relação ao que tendíamos a ser — uma potência econômica e social, interrompida pelo abandono do pragmatismo na condução da economia, substituído pelo fundamentalismo de mercado e outras crenças falidas.

O desajuste das finanças públicas, iniciado com a ruína do modelo de crescimento do período militar (1964-1985) bancado por dívida externa, e emissão monetária na fase final, explica a inflação endêmica que se seguiu, a desconfiança quanto ao papel do Estado no desenvolvimento e a frustração das políticas de bem-estar social previstas na Constituição. A reforma monetária de 1994 era para ser a redenção do progresso, mas acabou sendo o seu epitáfio.

Não há no mundo exemplo de nação desenvolvida sem a cumplicidade e mesmo a participação direta do Estado na formação da riqueza real. Afetos os regimes convergem. Separaram-se na partilha dos frutos. A utopia de que o mercado seria resposta para tudo veio dos EUA sob a forma do tal "neoliberalismo" contra o qual Donald Trump se elegeu e não se reelegeu ao fracassar na entrega, e Joe Biden tende a levar a cabo.

O olhar para trás, movido pela clássica dúvida sobre "onde foi que erramos", ajuda a elucidar os desvios equivocados, entendidos às vezes como atalhos, tomados pelo país depois dos anos 1980. Não por coincidência, é o tempo que marca o início da desindustrialização em decorrência do abandono da fabricação no país de componentes e partes mais intensivas em tecnologia, substituídas por importações, conformando uma indústria montadora com baixa competitividade.

Gestão macroeconômica é como xadrez. Movimente-se a peça errada e o jogo está perdido. E nem dá para reabrir o tabuleiro se mesmo os fundamentos da teoria econômica mudaram, como no Brasil André Lara Resende expõe e defende, contrariando a ortodoxia fossilizada. Mas basta olhar para o que não se fez lá atrás para intuir que, se o progresso estagnou, antes dele estagnou a nossa "intelligentsia".

O passado ajuda a entender outras coisas, como a descoberta de que os militares, sobretudo do Exército, não estão bem com Jair Bolsonaro, estão é contra a alta possibilidade de que Lula e o PT retornem. O que aconteceu? Cultura militar insulada na caserna, baixa interação com a sociedade, falta de propósito maior, sequelas do equívoco dos últimos governantes de que bastaria ceder alguns benefícios etc.

O país ficou decrepito

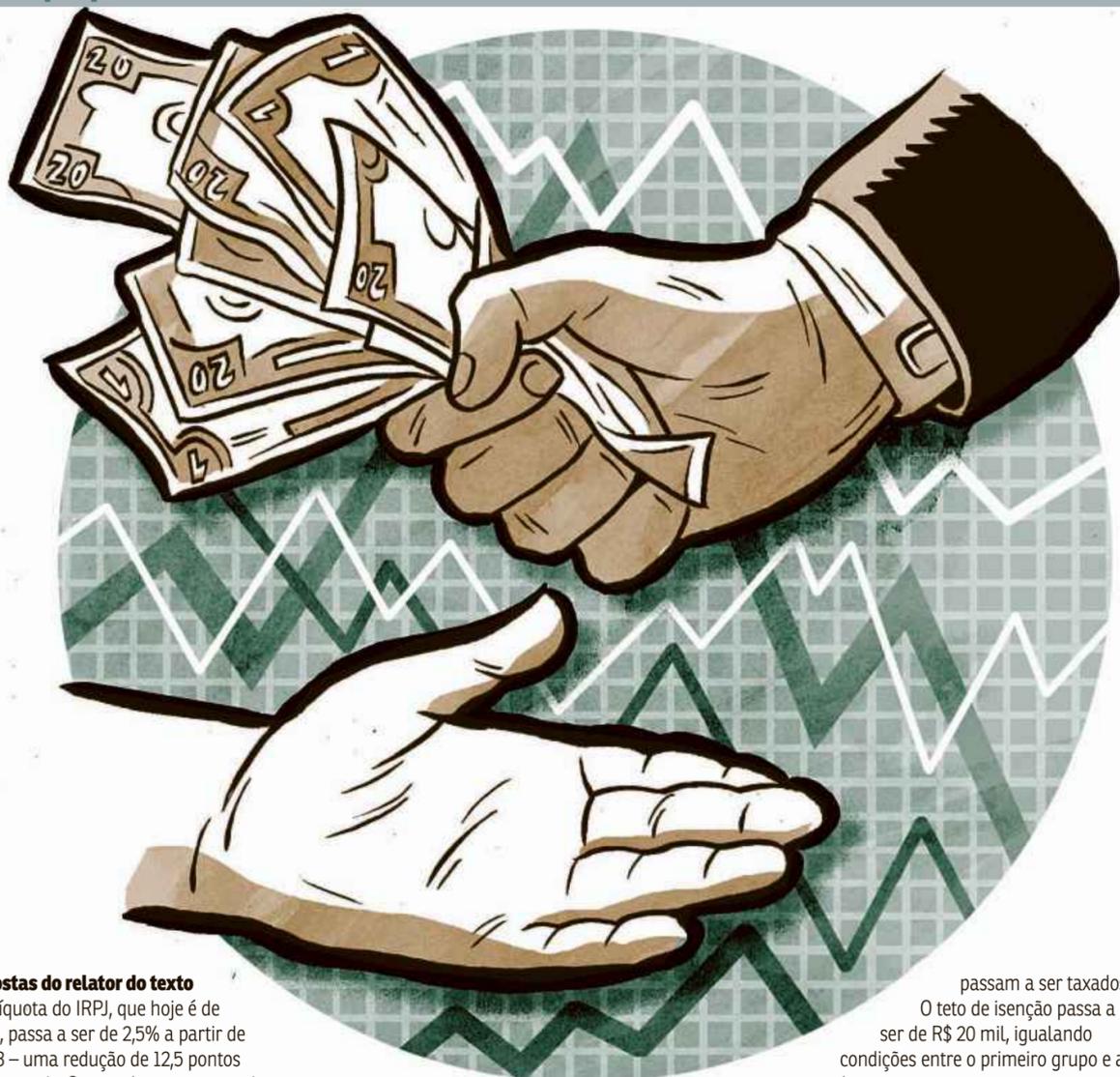
A situação do Brasil virou preocupação internacional, e não apenas pela destruição metódica da Amazônia e perversão com os indígenas, mas pela deterioração social e do Estado nacional, em que governos e crime organizado se combinam, como no México e na Colômbia. É neste ambiente que a política foi criminalizada em um combate que arruinou a construção pesada, um dos poucos setores em que o capital nacional tinha competitividade global — para gozo de concorrentes da China, dos EUA e da França —, e minou as empresas estatais.

Hoje, o PIB potencial encolhe onde mais gera emprego, mas sugere ampliar-se graças às commodities de exportação, que empregam pouco e quase nada recolhem de impostos. Ah! Mas vamos reformar... O quê, se a tal administrativa não muda o desenho da governança pública e federativa claudicante? A tributária é feita para gerar receitas?

A realidade é que quase tudo no país está decrepito, falta sentido de missão à governança eleita, que só pensa em se reeleger e trata a burocracia permanente ora como estorvo, ora como cúmplice, e mal sabe o que ela faz ou deixa de fazer. Como mudar para valer?

É a isso que algumas lideranças empresariais se dedicam, buscando com inovações, não reformas do século passado, a expectativa de que possamos sentir a vida nos chamar para desfrutá-la *comme il faut*. É essa perspectiva que importa, não os devaneios de gente sem noção.

» O que pode mudar com o PL 2337/2021



Propostas do relator do texto

- » A alíquota do IRPJ, que hoje é de 15%, passa a ser de 2,5% a partir de 2023 – uma redução de 12,5 pontos percentuais. O texto do governo previa alíquota de 10% a partir de 2023;
- » Despesas com capacitação de administradores, sócios em eventos de curta duração passam a ser permitidos. Os gastos com planos de saúde, clubes e outros, sob a forma de Distribuição Disfarçada de Lucros (DDL), continuam proibidos;
- » Fim da obrigatoriedade da apuração de lucro real para empresas imobiliárias e de construção ou dedicadas à exploração de royalties, direitos patrimoniais de autor, marca ou imagem;

- » Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), que passariam a ser tributados em 15% para pessoas físicas, continuarão isentos. No texto original, os rendimentos dos fundos fechados deixariam de ser isentos e passariam a ter tratamento igual aos fundos abertos. O relator estabeleceu exceções.

Principais efeitos

- » Micro, pequenas e médias empresas passam a ser mais tributadas. Sócios dessas empresas, que antes eram isentos de taxas em dividendos,

- passam a ser taxados. O teto de isenção passa a ser de R\$ 20 mil, igualando condições entre o primeiro grupo e as grandes empresas;

- » Pessoas físicas que ganham acima de R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,3 mil por mês) passam a pagar mais impostos, já que não poderão mais optar pelo desconto simplificado de 20% e terão de fazer a declaração completa;
- » Menor tributação de renda, na direção oposta do que é feito em países desenvolvidos como os Estados Unidos – onde se tributa mais a renda e menos o consumo. Pessoas físicas passam a ser isentas se ganham até R\$ 2,5 mil mensais e pessoas jurídicas passam a pagar alíquota de 2,5% no IRPJ a partir de 2023.